

Políticas e práticas governamentais em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência – avanços e retrocessos ao longo dos séculos XX e XXI

Government policies and practices in defense of the educational rights of people with disabilities – advances and setbacks throughout the XXth and XXst centuries

Políticas y prácticas gubernamentales en defensa de los derechos educativos de las personas con discapacidad - avances y retrocesos a lo largo de los siglos XX y XXI

Recebido: 16/12/2022 | Revisado: 29/12/2022 | Aceitado: 11/01/2023 | Publicado: 13/01/2023

Fabiana Maria Barbosa de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7156-0633>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: fbmsousa09@gmail.com

Francisca Geny Lustosa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6143-9549>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: genylustosa@gmail.com

Kelma de Freitas Felipe

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7837-8842>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: kelma.felipe@ifce.edu.br

Maria Simone da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5465-4347>

Universidade Federal do Ceará, Brasil

E-mail: mariasimone.doze@gmail.com

Resumo

Neste artigo temos por objetivo proporcionar aos pesquisadores da categoria inclusão de pessoas com deficiência uma sequência histórica sobre os presidentes brasileiros e suas ações vinculadas à temática, criando ou extinguindo secretarias de inclusão. Como forma de sintetizar e analisar o material já produzido sobre as políticas públicas que versam acerca do tema em debate, optou-se por um estudo de natureza bibliográfica, com o apoio da pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica foi embasada nas produções teóricas de pensadores como Mazzotta, Jannuzzi e Sasaki, que são referência em assuntos vinculados à política de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil; enquanto a realização da pesquisa documental foi feita por meio de análise dos relatórios de gestão da Secretaria de Educação Especial - SEESP, as leis regulamentadas no Brasil em relação à política de inclusão de pessoas com deficiência e os documentos publicados oficialmente sobre a política de inclusão na página do Ministério da Educação e Cultura – MEC. A partir dos fatos analisados chegamos à conclusão de que a inserção dessa discussão nas pautas e estrutura do governo fortalece o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão. E, diante do cenário recente de retrocessos, precisamos seguir juntos e fortes em defesa de uma sociedade para todos(as), sem nenhum direito a menos.

Palavras-chave: Políticas de inclusão; Práticas governamentais; Deficiência.

Abstract

In this article, we aim to provide researchers in the category inclusion of people with disabilities with a historical sequence about the Brazilian presidents and their actions linked to the theme, creating or extinguishing secretariats of inclusion. As a way of synthesizing and analyzing the material already produced on public policies that deal with the subject, we opted for a bibliographical study, with the support of documentary research. The bibliographical research was based on the theoretical productions of thinkers such as Mazzotta, Jannuzzi and Sasaki, who are references in matters related to the policy of inclusion of people with disabilities in Brazil; the documentary research was carried out through analysis of the management report of the Secretariat of Special Education - SEESP, according to the laws regulated in Brazil in relation to the policy of inclusion of people with disabilities and the documents officially published on the policy of inclusion in the website of the Ministry of Education and Culture – MEC. From the analyzed facts, we came to the conclusion that the inclusion of this conclusion in the government guidelines and structure strengthens the development of public inclusion policies. And, in the face of the recent setbacks, we need to stay strong together in defense of a society for all. We must not let any rights be lost.

Keywords: Inclusion policies; Government practices; Disability.

Resumen

En este artículo, pretendemos proporcionar a los investigadores de la categoría inclusión de personas con discapacidad una secuencia histórica sobre los presidentes brasileños y sus acciones vinculadas al tema, creando o extinguiendo secretarías de inclusión. Como forma de sintetizar y analizar el material ya producido sobre políticas públicas que aborden el tema en debate, se optó por un estudio bibliográfico, con apoyo de investigación documental. La investigación bibliográfica se basó en las producciones teóricas de pensadores como Mazzotta, Jannuzzi y Sasaki, que son referencias en cuestiones relacionadas con la política de inclusión de personas con discapacidad en Brasil; mientras que la investigación documental se realizó a través del análisis del informe de gestión de la Secretaría de Educación Especial - SEESP, de acuerdo con las leyes reglamentadas en Brasil en relación a la política de inclusión de personas con discapacidad y los documentos publicados oficialmente sobre la política de inclusión en el sitio web del Ministerio de Educación y Cultura – MEC. De los hechos analizados, llegamos a la conclusión de que la inclusión de esta conclusión en los lineamientos y estructura gubernamentales fortalece el desarrollo de políticas públicas de inclusión. Y, ante los recientes reveses, necesitamos unirnos con fuerza en defensa de una sociedad para todos, sin menos derechos.

Palabras clave: Políticas de inclusión; Prácticas gubernamentales; Inclusión, discapacidad.

1. Introdução

Neste artigo, realizamos um resgate histórico sobre os avanços e retrocessos vividos ao longo dos séculos XX e XXI em relação às políticas de inclusão e práticas governamentais desenvolvidas em defesa dos direitos educacionais das pessoas com deficiência.

Tal intenção surgiu do nosso interesse em averiguar a criação e/ou extinção de secretarias vinculadas ao governo federal, suas ações em defesa de uma sociedade mais inclusiva, as leis promulgadas e a identificação dos governantes que estavam no poder.

Acreditamos que a relevância deste artigo está em proporcionar aos pesquisadores, sobre a temática da inclusão, uma sequência histórica sobre os presidentes e suas ações vinculadas à criação ou extinção de secretarias, programas e projetos em defesa do desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva. Além disso, queremos fomentar na sociedade reflexões sobre nosso regime de democracia representativa e da responsabilidade social e política que a sociedade civil tem na escolha dos representantes políticos.

Recentemente, passamos por tempos sombrios, período da gestão do governo Bolsonaro, 2019-2022, e estivemos por todo esse período em estado de alerta sobre os impactos de atitudes e tentativas de retrocesso às questões vinculadas à política de inclusão, cuja intenção era de retorno a segregação, quiçá exclusão. Nesse período estivemos sobre a governança de um político autoritário e antidemocrático em que um dos gestores que assumiu o ministério da educação declarou em público: “crianças com deficiência atrapalham o ensino dos demais estudantes e, em alguns casos, é impossível a convivência”, (Ribeiro, 2021).

Refletindo a concepção ancorada na frase do então ministro, em 2020, ocorreu um dos maiores retrocessos da educação inclusiva com a promulgação da nova Política Nacional de Educação Especial, que no seu arcabouço faz a defesa pelo retorno das escolas e classes especiais.

Agora, em 2023, com a nova gestão do governo Lula, que já teve como uma de suas primeiras ações a revogação do decreto de retrocesso e o retorno da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, ensejamos pelo (res)estabelecimento dos ganhos que julgávamos conquistados e foram assolados durante o governo anterior.

Vivemos em uma democracia representativa e precisamos escolher candidatos que realmente trabalhem em favor da garantia de nossos direitos. Políticos que saibam o verdadeiro significado do termo inclusão e lutem junto conosco para o desenvolvimento de políticas públicas que venham a eliminar atitudes regadas de preconceitos. Quando tratamos do termo inclusão, nos referimos ao direito à participação plena em todas esferas sociais: política, educação, segurança, saúde, bem-estar social, moradia, acessibilidade e etc.

E, por acreditarmos que a educação inclusiva se constitui como um novo paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, fazemos a defesa por momentos de reflexão sobre nossa história para que não voltemos a um passado de exclusão dos segmentos sociais mais vulneráveis.

2. Metodologia

Neste artigo desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, por considerar a importância dos fatores subjetivos apreendidos durante a elaboração do conhecimento. (Minayo, 2003).

Como forma de sintetizar e analisar o material já produzido sobre o tema da inclusão e das políticas públicas, optou-se por um estudo de natureza bibliográfica, com o apoio da pesquisa documental.

Severiano nos apresenta a seguinte definição sobre pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (Severino, 2007, p.106).

Nesta pesquisa, a utilização de fontes bibliográficas foi embasada nas produções teóricas de pensadores como Mazzota (2011), Jannuzzi (2012) e Sasaki (2010) que são referência em assuntos vinculados à política de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, sendo de grande importância a leitura de obras como: 1) Educação Especial do Brasil: história e políticas públicas e 2) Inclusão-Construindo uma sociedade para todos.

Quanto a realização da pesquisa documental, Severino afirma que:

No caso da pesquisa documental, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações e documentos legais. Nestes casos, os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise. (Severino, 2007, p. 106-107)

Para tanto, utilizamos a análise dos relatórios de gestão da Secretaria de Educação Especial - SEESP, as leis regulamentadas no Brasil em relação à política de inclusão de pessoas com deficiência e os documentos publicados oficialmente sobre a política de inclusão na página do Ministério da Educação e Cultura – MEC que nos apresentou as diversas secretarias inauguradas e extintas durante estes dois últimos séculos.

Como forma de analisar o material coletado para a produção deste artigo, utilizamos da técnica de leitura e análise interpretativa, a qual refere-se,

A um estudo das ideias principais sobre o tema em questão, onde se procura saber o que realmente o autor afirma, quais os dados e informações ele oferece, além de correlacionar as afirmações do autor com os problemas em questão. (Cervo & Bervian, 1983, apud Andrade, 1999, p. 20- 21).

Assim, nesta etapa buscou-se situar o texto tanto do ponto de vista histórico, quanto do ponto de vista teórico, na tentativa de associar as ideias dos documentos/textos investigando as ideias produzidas sobre os avanços e retrocessos das políticas públicas voltada para a educação especial no Brasil ao longo dos séculos XX e XXI.

3. Resultados e Discussões

O século XX foi marcado por grandes movimentos sociais que fortaleceram o desenvolvimento de políticas públicas em defesa de direitos sociais. Em relação às entidades que, neste período, desenvolveram ações para a garantia de direitos das pessoas com deficiência e incentivaram o Estado a assumir responsabilidades por este segmento populacional, podemos citar: Sociedade Pestalozzi (1932), Associação de pais e Amigos dos Excepcionais (1954) e a Associação Beneficente de Reabilitação (1954).

Considerando ser a escola um dos principais espaços de promoção da transformação social, redefinição de conceitos, desenvolvimento de novas ideologias e inserção da discussão sobre acessibilidade em ambientes educacionais foi de grande relevância para promoção de políticas públicas voltadas para a inclusão.

Partindo desta perspectiva, em 1973, o governo criou junto ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, por meio do decreto nº. 72.425¹, o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP (1º órgão ministerial responsável por tratar da educação especial com a intenção de promover em todo território nacional a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais por meio da destinação orçamentária). (Mazzotta, 2011, p. 59-60)

Diante deste ato, foram se delineando as primeiras políticas públicas voltadas para a garantia de direitos às pessoas com deficiência² e objetivando a sistematização dos trabalhos, e politicamente, em 1977/1979, elaborou-se o Plano Nacional de Educação Especial que oportunizou o planejamento de políticas; capacitação de recursos humanos; reformulação de currículo; organização e desenvolvimento de serviço de educação precoce; atendimento a educandos com dificuldade na aprendizagem e destinação de recursos para cooperação técnica e financeira dos sistemas estaduais de ensino e instituições particulares.

Com o objetivo de garantir que as políticas de educação especial ganhassem um status de secretaria dentro do organograma do MEC, em 1986, no governo de José Sarney, extingue-se o CENESP e cria-se a Secretaria Especial de Educação Especial – SESPE (decreto 93.613/86). Tal ato foi de grande relevância para o aprimoramento das discussões sobre educação especial passando a ser considerada como modalidade de educação no ensino privado e/ou público, com matrícula compulsória em cursos regulares³.

Porém, em 1990 (Governo de Fernando Collor de Mello), o estabelecimento de uma reestruturação no MEC levou a extinção da SESPE e todas as atividades relacionadas a educação especial passaram a ser de responsabilidade da Secretaria Nacional de Educação Básica - SENEb, isto é, houve a perda de uma secretaria voltada, exclusivamente, para as atividades de inclusão de pessoas com deficiência e isto implicou diretamente no desenvolvimento de ações e destinação de recursos orçamentários. (Mazzotta, 2011)

Somente após o impeachment do presidente Collor, em um novo cenário político-educacional, a Educação Especial voltou a ser representada por uma secretaria específica a qual permaneceu em vigência entre os anos de 1994 a 2011, e esta foi denominada de Secretaria de Educação Especial (SEESP).

¹ Artigo 2º O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º grau, superior e supletivo, para os deficientes da visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiência múltipla, educando com problemas de conduta e os superdotados.

² Destacamos que neste período as políticas estabelecidas tinham uma perspectiva de normalização ao invés de inclusão. Segundo Sasaki (2010, p. 31): Na década de 70, a normalização passou a significar o processo de normalizar serviços e ambientes (Wolfensberger, in Mendes, 1994) e “condições de vida – naturais ou feitas pelo ser humano.” (Jonsson, 1994, p. 67) ou ainda “oferecer aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade” (Brasil, 1994, p.22). Segundo Mantoan (1997b, p. 120), “a normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”.

³ Neste período criou-se também a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), sancionada pela Lei nº 7.853, que dispõe sobre o apoio à integração social das pessoas portadoras de deficiência e traz em seu art. 2º que compete ao poder público: Assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Segundo informações obtidas no relatório de gestão da SEESP (2008, 2010), o papel da secretaria seria participar da execução de políticas públicas por meio de elaboração, planejamento, orientação, e coordenação em âmbito nacional, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Como na descrição, compete a Secretaria: desenvolver estudos, promover ações de apoio financeiro aos sistemas de ensino para a organização de recursos e serviços da educação especial, definir diretrizes para a oferta do atendimento educacional especializado - AEE, promover articulação com organismos nacionais e internacionais visando o intercâmbio de experiência na área, zelar pelo cumprimento da legislação nacional pertinente à educação especial, apoiar, acompanhar e avaliar a implantação de sistemas educacionais inclusivos, promover ações para assegurar condições de acessibilidade na rede pública de ensino. (Relatório de Gestão, 2008).

Dentre as ações desenvolvidas pela referida secretaria para o fortalecimento da educação especial e efetivação do direito de acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência tem-se: 1) Benefício de Prestação Continuada (BPC) na escola; 2) Educação Inclusiva: Direito à Diversidade (formação de gestores e educadores para a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos); 3) Formação Continuada de Professores na Educação Especial; 4) Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; 5) Escola Acessível (adequação de prédios escolares para a acessibilidade, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola); 6) Ação de Acessibilidade nos Programas de Livros Didáticos e Paradidáticos MEC/FNDE (promove a distribuição de livros em Braille, Libras, áudio e laptops com sistema DOSVOX, para os alunos com deficiência sensorial); 7) Exame Nacional de Proficiência em Libras - PROLIBRAS (garante a educação bilíngue nas escolas); 8) PROESP (fomento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES com objetivo de apoiar projetos de pesquisa e a formação na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no âmbito da pós-graduação stricto sensu); 9) Incluir (acessibilidade na educação superior, realizado em parceria com a Secretaria de Educação Superior – SESU, visando implementar a política de acessibilidade por meio da criação de núcleos e desenvolvimento de ações que garantam o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições federais de educação superior). (Relatório de Gestão, 2008).

Referente a questão orçamentária, verificamos que, no ano de 2010, teve-se um total de 605.000,00 destinados às ações de implementação da política educacional inclusiva, o que gerou um crescimento do número de escolas comuns com matrícula de alunos público-alvo da educação especial, passando de 18.027, no ano 2000, para 87.590, em 2010. (Relatório da Gestão, 2010).

Aqui faz-se necessário destacar a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-FUNDEB⁴, o qual tratou sobre o financiamento das escolas para a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, complementar ou suplementar, aos alunos público-alvo da educação especial matriculados na educação regular pública. Por meio do decreto nº 7.611/2011 admitiu-se a dupla matrícula (o cômputo do estudante tanto na educação regular da rede pública, quanto no Atendimento Educacional Especializado) dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem esse serviço.

Se resgatarmos o texto de Mazzotta, verificamos que desde a década de 1960 já existia a destinação de um Fundo de Educação Especial e “em 1964, 5% do Fundo Nacional de Ensino Primário era destinado à educação de excepcionais” (Mazzotta, 2011, p. 90-99), porém, nesse período, ainda não havia um incentivo e uma valorização real da política de educação inclusiva, pois caminhava-se mais na perspectiva da normalização da política. Já a atual proposta estabelecida pela gestão da SEESP seguiu alinhada com a implantação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

⁴ No ano de 2020, vivemos um grande desafio na educação posto a necessidade de aprovação de um Novo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). O FUNDEB constituído pela Emenda constitucional de nº 53, de 19 de dezembro de 2006 (regulamentado pela Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e pelos Decretos nº 6.253 e 6.278, de 13 e 29 de novembro de 2007) tinha o prazo até 31 de dezembro de 2020 para sua existência. O FUNDEB tem por objetivo o aprimoramento do efeito redistributivo dos recursos públicos, a fim de promover uma maior equalização das oportunidades educacionais entre todos os entes governamentais. Ele é um fundo especial de natureza contábil destinado exclusivamente à educação básica de estados, Distrito Federal e municípios.

Porém, após alguns anos de avanços e conquistas, em 2011, o Ministério da Educação promove a extinção da Secretaria de Educação Especial - SEESP e insere os assuntos vinculados ao eixo da inclusão na até então denominada SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade) que passou a ser denominada de SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão)⁵. Diante da diversidade dos temas a serem abordados pela atual secretaria (SECADI) verifica-se que tornou-se um mosaico de temas e interesses diversos e tal abrangência poderia ser um grande perigo, pois no alcance de interesses tão diversos poderia fragilizar a atuação das políticas de inclusão.

Por meio da Diretoria de Políticas de Educação Especial – DPEE, a SECADI conseguiu desenvolver as seguintes ações: Programa Escola Acessível, Transporte Escolar acessível, Salas de Recursos Multifuncionais, Formação continuada de professores na Educação Básica, BPC na Escola, Acessibilidade à Educação Superior, Livro Acessível, Centro de Formação e Recursos, Comissão Brasileira do Braille e Principais indicadores da Educação de pessoas com deficiência (Portal do MEC, 2022a).

Diante do delineamento de vários projetos a serem desenvolvidos, podemos concluir que, mesmo se vinculando à proposta de uma secretaria que já estava lotada de temas para refletir, isto não enfraqueceu as ações da Educação Especial e durante o governo de Lula, uma série de ações colaboraram com a implementação a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)⁶ e com a aprovação da lei nº 13.005/2014 referente a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), no qual o governo, em parceria com a sociedade civil, estabeleceu-se 20 metas a serem executadas no decênio (2014-2024), estando entre elas:

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniado.

Em 2015, tivemos a promulgação de Lei Brasileira de Inclusão – LBI que traz em seu Art. 4º que: “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”, e:

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Assim, podemos afirmar que este período (2001 a 2018) representou um grande progresso no desenvolvimento das políticas de inclusão. Porém, os retrocessos estabelecidos nos últimos anos, durante o governo do presidente Bolsonaro, têm dificultado os avanços que poderíamos alcançar, então permanecemos na luta pela permanência dos direitos conquistados.

Essa nova configuração de governo, estabelecida no ano de 2019, reestruturou novamente as secretarias do MEC e com isso extinguiu a SECADI, sendo esta substituída por duas novas secretarias: a Secretaria de Alfabetização e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (SEMESP).

⁵ A SECADI foi estruturada em 4 Diretorias: Diretoria de Política de Educação Especial (DPEE); Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais (DPECIRER); Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania (DPEDHUC); Diretoria de Políticas de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (DPAEJA); Diretoria de Políticas de Educação para a Juventude. É importante destacar que tal reestruturação foi uma decisão apenas da equipe técnica do governo, não havendo consulta prévia aos educadores e pesquisadores sobre o tema.

⁶ Promulgada em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva reconhece as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Segundo informações concedidas pelo governo em vigência até 2022, defende-se a constituição de uma sociedade inclusiva e a criação da SEMESP na perspectiva de planejar, orientar e coordenar políticas para a educação do campo, para a educação especial de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e para a valorização das tradições culturais brasileiras, inclusive dos povos indígenas e de populações em áreas remanescentes de quilombos. MEC (2022b). Porém, o que se observa na prática é o estabelecimento de um discurso carregado de atitudes racista, sexistas e capacitista⁷ que estimulam a exclusão de segmentos populacionais mais vulneráveis.

Quanto às ações de acessibilidade estabelecidas no último governo, gostaríamos de destacar duas questões que acabam por desqualificar suas ações quando nos referimos ao desenvolvimento de políticas de inclusão, são estas:

1- a promulgação do decreto nº 10.185 que extinguiu o cargo efetivos e que vierem a vagar, colocando neste rol os cargos de Tradutor/ Intérprete de Libras e Brailista;

2- a promulgação do decreto nº 10.502/2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, que acabam por priorizar o retorno das escolas e classes especiais.

Tais questões nos fazem refletir sobre as fragilidades de nossas políticas públicas e quanto o segmento populacional de pessoas com deficiência ainda sofrem com atitudes capacitista.

Levantar estes dados históricos nos oportuniza a reflexão sobre os passos já dados em favor da inclusão e o quanto ainda temos a caminhar. Para uma melhor sistematização das informações apresentadas neste artigo, abaixo apresentaremos um quadro ilustrativo sobre a criação de coordenações e secretarias a nível nacional em busca do desenvolvimento de políticas públicas em favor da garantia de direitos das pessoas com deficiência.

Indicaremos no quadro 1, o ano, gestão, secretarias/coordenação e destaques importantes para que tenhamos visão ampliada de cada momento histórico no desenvolvimento de políticas inclusivas, seus progressos e regressos.

⁷ Segundo estudos recentes (Campbell, 2001, 2008; Wolbring, 2008; Pereira, 2008; Mello, 2012b; Mello; Fernandes & Grossi, 2013; Dias, 2013) o termo capacitismo refere-se a forma como pessoas com deficiência são tratadas como “incapazes”, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o racismo, o sexismo e a homofobia. Para Fiona K. Campbell (2001, 2008), o capacitismo, que está para os deficientes assim como o racismo está para os negros e o sexismo para as mulheres, pode ser associado com a produção de poder e se relaciona com a temática do corpo e por uma ideia de padrão corporal perfeito. (Mello, 2014, P. 93)

Quadro 1 - Apresentação dos governantes e implantação ou extinção de secretarias voltadas para Educação Especial.

Ano	Presidente	Secretaria/ Coordenação	Alguns destaques
1973	Emílio Garrastazu Médici - Militar	Criação do Centro Nacional de Educação Especial – CENESP.	Ainda não existia nenhuma secretaria destinada ao desenvolvimento de políticas voltadas para PcD, o CENESP foi vinculado ao MEC
1986	José Sarney	Extinção do CENESP Criação da Secretaria Especial de Educação Especial – SESPE	1ª Secretaria voltada para Educação Especial dentro do organograma do MEC.
1990	Fernando Collor de Mello	Extinção da Secretaria Especial de Educação Especial – SESPE	Extinção da Secretaria ao defender que tudo poderia ser resolvido pela Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb
1994 a 2011	Itamar Augusto Cautiero Franco Fernando Henrique Cardoso Luiz Inácio Lula da Silva	Criação da Secretaria de Educação Especial (SEESP)	Restabelecimento das ações de inclusão dentro do MEC, destinação de recursos; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008); Plano Viver Sem Limites (2011)
2012	Luiz Inácio Lula da Silva Dilma Vana Rousseff	Extinção da Secretaria de Educação Especial – SEESP Criação da SECADI	Ampliação das ações incluindo todos os segmentos populacionais mais vulneráveis e as políticas públicas em uma única secretaria – SECADI
2015	Michel Miguel Elias Temer	SECADI	Promulgação da Lei Brasileira de Inclusão – LBI
2019	Jair Bolsonaro	Extinção da SECADI Criação da Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (SEMESP).	Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (Retorno as classes e escolas especiais) Extinção do cargo de Tradutor/ Intérprete de Libras, Brailista de caráter efetivo/vagos em concurso público

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

4. Considerações Finais

Diante desta leitura histórica sobre os avanços e retrocessos estabelecidos nas políticas de inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, reafirmamos que toda luta em defesa dos direitos humanos e da inclusão de pessoas com deficiência só se torna realidade quando estabelecidas nas pautas de governo ações, políticas e programas que busquem eliminar qualquer tipo de discriminação.

Sasaki, em um congresso de acessibilidade e inclusão na educação⁸, ao realizar uma palestra intitulada “Ambientes acessíveis na educação inclusiva: antigos e novos desafios”, cita desafios divididos em duas categorias a serem enfrentados em defesa da inclusão, sendo estes:

- Antigos desafios (1990-2019): 1) enfrentar a forte herança constituída pela prática de sistemas educacionais paralelos, com escolas especiais separadas de escolas comuns, durante cinco décadas (1940- 1989); 2) implementar o conceito “todos” do discurso da educação para todos, referente a inclusão escolar de qualquer pessoa em idade escolar, independente da condição de ser ou não deficiente; 3) implantar as medidas recomendadas em normas internacionais e nacionais sob o marco das políticas educacionais; 4) identificar falhas conceituais e estatísticas na realização do censo de 2000 e 2010; 5) enfrentar as

⁸ Congresso de Acessibilidade e Educação (CAIE) realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Cubatão, no período de 04 a 06 de novembro de 2020, com o tema: “Qualidade na Educação: Superando barreiras”. É um evento bienal que tem por objetivo reunir pesquisadores e profissionais dos setores públicos e privados envolvidos em novas abordagens em acessibilidade e inclusão no processo educacional. (<https://www.caiefsp.com/copia-home>). Palestra “Ambientes acessíveis na educação inclusiva: Antigos e novos desafios”, proferida pelo professor Romeu Sasaki foi acessada em 06 de novembro de 2020 pelo endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=HfQKDFPd6Z0&feature=youtu.be>

consequências teóricas e práticas da substituição anunciada pelo IBGE, em 2018, do percentual de 23,9% por 6,7%, como sendo pessoa com deficiência, o que afeta diretamente o desenvolvimento de políticas públicas.

- Novos desafios (2020): são aqueles não resolvidos até o ano de 2019 e os que surgiram em 2020, sendo estes: 1) enfrentamento e resolução das alterações na conceituação sobre o termo PcD e em seu percentual, devido a alteração da metodologia do censo do IBGE (até o momento não há manifestações ou estudos que questionem essa mudança metodológica e suas consequências); 2) acompanhamento e posicionamento da comunidade escolar quanto ao censo de 2020 que o IBGE realizará apenas em 2021, baseado em sua nova metodologia. 3) prosseguimento na execução do PNE (2014/2024); 4) retomada da BNCC que começou a ser praticada em 2018, mas foi prejudicada em 2020 pela covid-19; 5) revogação do decreto 10.502 que trata da “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida”.

Consideramos que a necessidade de enfrentamento destes desafios ocorre pelo fato de acreditarmos que a efetivação do paradigma da inclusão pode beneficiar não só o incluído, mas todos que com ele estabelecerem interações. A inclusão representa a oportunidade de crescimento de cada um a partir da diversidade. É a aceitação do diferente de forma que esta diferença possa favorecer o processo de inclusão e não segregar. Conforme diz Santos apud Mantoan (2015, p. 36-37): “*é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza*”.

Porém, infelizmente, ainda estamos longe desta conquista e por isto os desafios ainda são grandes. É importante destacar que em nossa sociedade ainda impera atitudes preconcebidas em relação a condição da pessoa com deficiência, acreditando que estes são incapazes de participarem ativamente da sociedade, sendo estigmatizados. E, mesmo diante de um grande leque de legislações que defendem o respeito à diversidade, precisamos estabelecer mecanismos para o cumprimento efetivo dessas legislações.

Na defesa dos direitos humanos, precisamos eliminar todas as formas de estigmas em busca de uma sociedade que saiba atuar com a diversidade. A inclusão desta discussão nas pautas e estrutura do governo são de grande relevância para o fortalecimento deste novo paradigma. E, ao longo dos anos, vários foram os avanços e retrocessos.

Vivemos em uma democracia representativa e precisamos escolher candidatos que realmente trabalhem em favor da garantia de nossos direitos. Políticos que saibam o verdadeiro significado do termo inclusão e lutem junto conosco para o desenvolvimento de políticas públicas que venham eliminar atitudes discriminatórias e promover uma aliança entre direitos normatizados a práticas atitudinais que respeitem à diversidade. Nesse momento nossa luta deveria ser por melhorias em nossas políticas e não na defesa por direitos já conquistados. Mas, frente ao cenário de retrocessos, precisamos seguir juntos e fortes em defesa de nenhum direito a menos, em defesa de uma sociedade para todos(as), estando sempre atentos a que modelo de governança queremos para o nosso país.

O que se pode esperar atualmente são melhores perspectivas, visto já ter iniciado uma nova gestão a qual já sinalizou mudanças efetivas nas políticas de inclusão com o retorno da SECADI, (Secretaria de Educação Continuada Diversidade e Inclusão). Fica então para o desenvolvimento de trabalhos futuros a necessidade de acompanhamento sistemático junto à criação de novas secretarias ou programas de governo que fortaleçam ações voltadas para a temática da inclusão de pessoas com deficiência e o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e de respeito aos direitos humanos.

Referências

- Andrade, M. M. (1999). *Introdução à metodologia do trabalho científico*. (4a ed.). Atlas.
- Bogdan, R. & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Editora Porto.

- Brasil. (2008). *Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC.
- Brasil. (2015). *Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência* (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.
- Brasil. (1973). *Decreto n.º 72.425/1973* que cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências.
- Brasil. (1986). *Decreto n.º 93.613/86* que extingue órgãos do Ministério da Educação, e dá outras providências.
- Brasil. (2011). *Decreto n.º 7.480/2011* que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão.
- Brasil. (1989). *Lei n.º 7.853/89* que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
- Brasil. (2022a). Secretaria de educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão – SECADI. Ministério da Educação e Cultura (MEC). <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/programas-e-acoos>.
- Brasil. (2022b). Secretaria de modalidades especializadas de educação - SEMESP. Ministério da Educação e Cultura – (MEC). <http://portal.mec.gov.br/modalidades-especializadas-de-educacao/o-secretario-semesp>.
- Brasil. (2008). Secretaria de Educação Especial -SEESP. Ministério da Educação e Cultura – (MEC). Relatório de Gestão.
- Brasil. (2010). Secretaria de Educação Especial -SEESP. Ministério da Educação e Cultura – (MEC). Relatório de Gestão.
- Freire, P. (1989). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. (23a ed.). Autores Associados: Cortez.
- IBGE. Nota Técnica (2018). Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington. Nota técnica 01/2018.
- Januzzi, G. S. M. (2012) *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. (3ª ed. rev). Autores Associados – Coleção educação contemporânea.
- Mazzotta, M. J. S. (2011) *Educação Especial do Brasil: história e políticas públicas*. (6a ed). Cortez.
- Mello, A.G. (2014). *Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis.
- Minayo, M. C. S. (2003). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Vozes.
- Ribeiro, M. (2021). *Ministro da Educação: crianças com deficiência "atrapalham" outros estudantes* <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/08/17/ministro-da-educacao-criancas-com-deficiencia-atrapalham-outros-estudantes.html>.
- Sassaki, R.K. (2010). *Inclusão/Construindo uma sociedade para todos*. (8a ed.). Rio de Janeiro:WVA,
- Sassaki, R. K. (2020). *Ambientes acessíveis na educação inclusiva: Antigos e novos desafios*. Congresso de Acessibilidade e Inclusão na Educação - CAEI, <https://www.caieifsp.com/palestrantes>
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. (23a ed.). Cortez.